FEMINISTAS EVANGÉLICAS: RELIGIÃO E ATIVISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

EVANGELICAL FEMINISTS: RELIGION AND ACTIVISM IN CONTEMPORARY BRAZIL

Alisson Soledade*
alisson.soledade@ufam.edu.br

RESUMO: Este artigo analisa as práticas e os discursos dos coletivos Evangélicas Pela Igualdade de Gênero (EIG) e Projeto Redomas, investigando como suas iniciativas dialogam com as estratégias e agendas dos feminismos brasileiros no contexto da Primavera das Mulheres. Sob uma perspectiva histórica, o estudo considera a conjuntura da transformação religiosa no Brasil e as intensas mobilizações feministas que se intensificaram a partir de 2015. Os dados foram obtidos por meio de fontes orais, hemerográficas, blogs, sites oficiais, cartilhas e relatórios sobre demografia religiosa. A análise evidencia que esses coletivos são expressões da efervescência feminista contemporânea e da crescente apropriação da gramática feminista no campo religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo evangélico; Primavera das Mulheres; Campo Religioso.

ABSTRACT: This article analyzes the practices and discourses of the collectives Evangelicals for Gender Equality (EIG) and Projeto Redomas, investigating how their initiatives dialogue with the strategies and agendas of Brazilian feminisms in the context of the Women's Spring. From a historical perspective, the study considers the context of religious transformation in Brazil and the intense feminist mobilizations that have intensified since 2015. The data were obtained from oral sources, newspaper archives, blogs, official websites, booklets, and reports on religious demographics. The analysis shows that these collectives are expressions of contemporary feminist effervescence and the growing appropriation of feminist grammar in the religious field.

KEYWORDS: Evangelical feminism; Women's Spring; Religious field.

Introdução

No contexto brasileiro contemporâneo, marcado por uma intensa disputa de narrativas em torno dos direitos das mulheres e da presença das religiões no espaço público, emergiram coletivos que articulam fé cristã evangélica e práticas feministas como formas de resistência e reinterpretação. Entre essas experiências, os coletivos Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG) e Projeto Redomas *se* constituíram como espaços de produção teológica e ativismo, comprometidos com o enfrentamento à violência de gênero.

O coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero foi fundado em 2015 no Fórum Pentecostal da América Latina e Caribe (FPLC), evento patrocinado pelo Fórum Cristão Mundial e igrejas pentecostais brasileiras. Ele se organizou de forma institucionalizada e voltada ao diálogo com igrejas, organismos ecumênicos e organizações da sociedade civil. Sua proposta se ancorava na teologia feminista cristã e na incidência política, buscando influenciar

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFAM).

Recebido em 22 de julho de 2025
Aprovado em 27 de outubro de 2025

políticas públicas, capacitar lideranças religiosas e produzir materiais pedagógicos para o combate à violência de gênero.

Em contraponto, o Projeto Redomas, também constituído em 2015, foi criado por mulheres integrantes da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB) ao identificarem a reprodução de comportamentos e discursos que sexualizavam as mulheres nos espaços de socialização masculina da entidade. Com a proposta inicial de denunciar a sexualização das mulheres, o grupo ampliou o seu escopo e passou a produzir conteúdo sobre gênero e feminismo nas redes sociais digitais com uma proposta mais descentralizada, voltada ao acolhimento, à escuta e à reconstrução subjetiva de mulheres evangélicas em ruptura com narrativas religiosas que restringiam a autonomia das mulheres e reproduziam violências. Sua estratégia priorizava a criação de redes de apoio, a circulação de testemunhos e a desconstrução crítica de doutrinas que naturalizam o controle dos corpos femininos. A internet era seu principal território de militância.

Ambos os coletivos se apresentavam como veículos de confronto à violência simbólica, institucional e doméstica que atinge mulheres nos espaços eclesiásticos e extramuros das igrejas. No entanto, ainda que tenham partido de uma indignação comum diante das múltiplas formas de opressão vividas por mulheres evangélicas — muitas vezes silenciadas por estruturas patriarcais legitimadas em nome da autoridade bíblica —, a EIG e Redomas adotaram estratégias de atuação distintas.

Diante disso, a constituição dos coletivos evangélicos feministas apresenta vestígios relevantes sobre questões desafiadoras a respeito da religiosidade brasileira na contemporaneidade, como os questionamentos sobre a fronteira entre o religioso e o político e quanto as disputas pela definição da identidade evangélica em uma conjuntura de transformação do campo religioso.

Não é novidade que as igrejas evangélicas se tornaram um ambiente bastante relevante no cotidiano de muitas mulheres no Brasil. Elas são a maioria desse segmento religioso (Teixeira; Reis, 2023) e compreendem que o pertencimento à igreja e “o exercício da espiritualidade dá suporte para enfrentamento de questões familiares cotidianas” (Novaes, 2022, p. 109). Nessa toada, várias pesquisadoras têm buscado identificar a relação entre religião e política através do estudo sobre a atuação de parlamentares sobre os direitos das mulheres (Vital; Lopes, 2012), a respeito do cotidiano das mulheres nas igrejas e as

experiências cotidianas (Teixeira; Reis, 2023), e sobre como as mídias sociais têm influenciado no voto das mulheres (Cunha, 2023), mas também acerca da relação entre evangelicalismo e feminismos (Martins, 2019; Soares, 2021; Melo, 2021; Pires, 2023;)

Nesse sentido, o presente artigo possui como objetivo analisar as práticas e discursos dos coletivos Evangélicas Pela Igualdade de Gênero e Projeto Redomas, com o intuito de compreender como as suas iniciativas se relacionavam com as estratégias e agendas estabelecidas pelos feminismos brasileiros no contexto da Primavera das Mulheres. Diante disso, a construção da análise foi realizada a partir do cruzamento de fontes hemerográficas, entrevistas concedidas pelas feministas evangélicas e publicadas por portais de notícias na internet, suas participações em *podcasts*, publicações dos coletivos nas redes sociais, sites oficiais, cartilhas e campanhas, assim como os relatórios produzidos por agências de pesquisa a respeito da demografia religiosa.

Assim, foi possível identificar que um dos efeitos fundamentais das suas atuações têm sido fazer parte da habilitação pública da percepção sobre a diversidade evangélica, não apenas nos termos atinentes ao campo religioso, mas, acima de tudo, no que se refere à atuação política em defesa dos direitos humanos no tempo presente.

Portanto, este trabalho se situa no campo da história do tempo presente ao empreender uma interpretação sobre um período histórico definido por balizas móveis (Ferreira, 2018, p.86), pela "presença de atores que viveram os acontecimentos estudados pelo historiador e capazes eventualmente de testemunhá-los" (Rousso, 2016, p.14), assim como se debruçar sobre fontes orais e novas tecnologias de comunicação no fazer historiográfico (Pasamar, 2008).

Campo religioso em movimento

Em 2014 o *Pew Research Center* (doravante PRC) publicou um relatório sobre o cenário religioso na América Latina. De acordo com o *think thank* americano, entidade que possui como finalidade a produção de relatórios e pesquisas de opinião pública, assim como avaliações sobre tendências sociais e culturas, ocorria no continente uma transformação significativa do seu perfil religioso (PEW, 2014). Os dados apresentados pela PRC indicavam a estimativa de que entre 1900 e 1960 90% da população latino-americana se identificava como

católica, mas o levantamento realizado entre outubro de 2013 e fevereiro de 2014 apontava declínio o número de católicos (PEW, 2014, p.1).

Diante dos dados levantados, o *think thank* também indicou que o intenso trânsito de católicos para as fileiras das igrejas protestantes. Naquele momento, de acordo com a PRC, "apenas um em cada dez latino-americanos (9%) recebeu formação em igrejas protestantes, mas cerca de um em cada cinco (19%) agora se descreve como protestante" (PEW, 2014, p.1), assim, "enquanto a Igreja Católica tem perdido adeptos em decorrência da mudança de religião, as igrejas protestantes e a população não afiliada a nenhuma religião na região têm ganhado membros" (idem, ibidem).

O *PRC* considerava os protestantes na América Latina como um grupo bastante diversificado no qual era possível encontrar uma miríade de denominações, formas de culto, associações e igrejas independentes. Além disso, o *think thank* identificava a diferença entre os protestantes estadunidenses e latino-americanos na forma de classificação da identificação religiosa como protestante, assim, para PRC "diferentemente dos Estados Unidos, onde os rótulos 'nascido de novo' e 'evangélico' separam determinados protestantes, na América Latina os termos 'protestante' e 'evangélico' geralmente são usados indistintamente" (PEW, 2014, p. 5).

Ao refletir sobre o uso oficial da categoria evangélicos no Brasil, Ronaldo Almeida (2017) destacou que isso se estabeleceu apenas nas últimas décadas. Em sua análise, o uso técnico-científico promovido nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela produção acadêmica sobre o campo religioso brasileiro influenciaram na consolidação da percepção aglutinada dos grupos. Conforme Almeida, o uso técnico-científico estabelecido pelo IBGE definiu "dois grandes grupos nos quais as diferentes denominações são alinhadas: evangélicos pentecostais e evangélicos não pentecostais" (2017, p. 5) e, seguindo nessa linha englobante, "a literatura das ciências sociais da religião, mesmo marcando as diferenças internas, valeu-se da categoria evangélicos na análise do campo das religiões no Brasil" (idem). A esse respeito, seguindo uma tipologia desenvolvida no campo sociológico, Gustavo de Alencar (2023) apontou como o termo evangélico se constituiu como o mais apropriado para fazer referência tanto a protestantes históricos, estabelecidos no Brasil no século XIX a partir das imigrações e missões, quanto os grupos pentecostais. No entanto, Alencar ressalta que a classificação que segmentava os protestantes em

protestantismo de missão e de imigração foi aglutinada quando o pentecostalismo se firmou no Brasil.

Nesse sentido, a primeira classificação que separava protestantes e pentecostais em polos diferentes do campo religioso, possuía semelhanças com a definição americana informada pela PRC. Contudo, a literatura sobre os evangélicos no Brasil se dedicou a como classificar a diversidade dos seguidores de uma religiosidade que possui muitos desacordos, tanto nas disputas no próprio campo evangélico quanto na contraposição às tentativas de classificação advindas do campo acadêmico. Para Mafra, "podemos nos apegar à história, onde, ao menos nos últimos anos, dada visibilidade pública que esse segmento religioso ganhou na opinião pública, se forjou um certo consenso referendando o termo 'evangélico' como categoria abrangente" (2001, p.7).

Deste modo, a categoria "evangélico" é uma forma de classificação de segmentos religiosos bastante diversos em termos teológicos, institucionais, gerenciais e políticos, mas que exprime uma dada associação a grupos não católicos e que muitos deles utilizam como termo para se autodefinir, como os que reivindicam a herança da Reforma Protestante e aqueles marcados pelos avivamentos.

Com efeito, os dados da pesquisa realizada pelo PRC reafirmam uma tendência percebida por sociólogos brasileiros que haviam se dedicado na análise dos dados revelados pelos censos demográficos produzidos pelo IBGE acerca do campo religioso brasileiro. De acordo com Antônio Flávio Pierucci, o catolicismo, o luteranismo e a umbanda, "três das principais religiões classificadas pela sociologia como tradicionais, mesmo que cada qual seja tradicional à sua maneira, mostram hoje sérios sinais de cansaço" (Pierucci, 2004, p. 77). Os dados do Censo de 2010, segundo Ricardo Mariano (2013, p. 119), confirmaram as reflexões de Pierucci sobre a acelerada transformação do campo religioso brasileiro ao apontar que entre 2000 e 2010 o número de evangélicos cresceu cinco vezes a mais do que a população brasileira.

Os números apontavam a mudança no perfil da população a partir da queda acentuada de católicos e luteranos, no entanto, o que ficou perceptível, como apontou Mariano, é que "de 1980 para cá, portanto, prosperou a diversificação da pertença religiosa e da religiosidade no Brasil, mas se manteve praticamente intocado seu caráter esmagadoramente cristão" (idem).

Diante da observação do crescimento do número de evangélicos no Brasil, houve a produção de diagnósticos sobre o significado da relevância desse segmento na sociedade brasileira e, mais incisivamente, sobre as influências dos evangélicos no campo político com a formação das bancadas nos legislativos municipais, estaduais e federais, assim como, com o surgimento das candidaturas de profissionais religiosos para os cargos executivos. Esses estudos destacaram a constituição da banca evangélica na Câmara dos Deputados no contexto da Assembleia Constituinte (Freston, 1993) como o início de um processo que teria como culminância a formação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003. Conforme Menezes Júnior, a formalização da FPE "demonstra a organização dos evangélicos dentro do espaço político" (2020, p. 42), pois a sua característica em sua forma suprapartidária e interdenominacional buscava aglutinar integrantes de diversos partidos e segmentos evangélicos de modo a suplantar os interesses partidários e integrar evangélicos de diversas denominações para "Influenciar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família no que diz respeito à moral e aos bons costumes" (idem). Ele destaca que apesar da Frente Parlamentar Evangélica ter sido constituída em 2003, seu registro só ocorreu em 2015 devido a regulamentação das Frentes Parlamentares ter como um dos critérios a composição de, pelo menos, um terço dos membros do Legislativo, indicando, nesse sentido, o acentuado crescimento da representação política evangélica na Câmara dos Deputados:

> A forma como esse segmento religioso vem atuando nas últimas legislaturas da Câmara dos Deputados contribuiu para forjar um novo perfil de atuação parlamentar. Atentos aos trâmites legislativos, nos momentos de sustentação de seus posicionamentos, esses parlamentares não poupam argumentos que buscam mesclar assuntos de conotação religiosa, com elementos provenientes de outros campos, tais como, o político, o científico e o jurídico (Gonçalves, 2016, p. 236).

A utilização dessa estratégia de apropriação de saberes e expedientes seculares para a sustentação de perspectivas religiosas foi discutido por Soledade (2022) ao apontar como políticos conservadores que integravam a FPE buscaram sustar as propostas legislativas de criminalização da homofobia ao recorrer ao princípio constitucional da liberdade religiosa. Essa estratégia permaneceu como uma das características fundamentais da atuação dos setores da Frente Parlamentar Evangélica que endossarem a candidatura de Jair Bolsonaro em 2018 e se tornarem a base política do presidente eleito (Menezes Júnior, 2020).

Em síntese, o olhar para o crescimento do número de evangélicos na população brasileira e sua participação do campo político ganhou protagonismo e buscou propor um

quadro explicativo para associação entre o evangelicalismo brasileiro e o conservadorismo (Almeida, 2020), indicando a face religiosa da reorganização da direita brasileira.

Além das pesquisas voltadas para a relação entre os evangélicos e o campo político, houve uma profusão de reportagens e matérias nas agências de comunicação sobre a participação dos evangélicos no conturbado cenário político brasileiro e nas tensões culturais que marcam a história contemporânea brasileira. Ao investigar os discursos de dois dos principais jornais impressos do país, O Globo e Folha de São Paulo, Mariana Alvim (2022) indicou a relevância da imprensa na construção da visibilidade dos evangélicos a partir da década de 1980. Para Alvim, que pesquisou os textos publicados entre 1980 e 2020, três discursos estruturam a cobertura jornalística a respeito dos evangélicos. O primeiro discurso, mais frequentemente encontrado nos textos das décadas 1980 e 1990, tinha como suporte a ideia de expansão dos evangélicos no Brasil e os efeitos socioculturais desse processo, construindo uma imagem de ameaça ao catolicismo e a suposta cultura de tolerância religiosa do país. O segundo discurso tinha como chave a noção de exploração religiosa. Os jornais recorrentemente apontavam as práticas das igrejas pentecostais como uma forma de abuso e, nesse sentido, era evocada uma dimensão moral a respeito da relação entre igreja e fiéis. Por último, os evangélicos foram noticiados a partir da sua relação com o espaço público, isto é, como a expansão evangélica identificada pelo Censo, pela repercussão de políticos, lideranças religiosas e artistas evangélicos, assim como pela forma como os evangélicos performavam sua fé publicamente, manifestava tensões entre os religiosos e a sociedade brasileira.

Ao tomar as práticas e teologias pentecostais como sinédoque, os evangélicos foram representados por esses veículos de comunicação como um grupo sem diversificação, mas, principalmente, como um segmento da sociedade reportado de forma negativa e, por vezes, de forma depreciativa. Com efeito, Paul Freston (1993) há algumas décadas já havia destacado como os meios de comunicação haviam criado uma imagem negativa, com tons pejorativos, da presença evangélicas na sociedade brasileira, e, mais especificamente dos pentecostais, no contexto da constituinte. Interessante, nesse sentido, a ponderação de Alvim a respeito da prática jornalística e a busca por objetividade ao avaliar as produções desses veículos sobre os evangélicos:

> Por mais que os próprios jornais e jornalistas possam reconhecer a limitação deste e de outros princípios, vejo que não há uma reflexão aprofundada e resolutiva sobre tais valores. Entretanto, permanecem em vigência na prática jornalística mecanismos que criam efeitos de objetividade, os quais sei hoje serem muito insuficientes perto da produção de discursos predominantes sobre alguns grupos sociais e temas, construídos dia após dia, ano após ano (Alvim, 2022, p. 191).

Os artifícios discursivos dos jornalistas que se dedicaram em reportar os comportamentos, práticas, teologias e associações evangélicas, deste modo, não podem ser obnubilados. Eles constituíram parte do processo de construção da imagem pública dos evangélicos no Brasil. A ênfase em reportar a força desse segmento social e, por conta disso, das lideranças religiosas das associações religiosas mais poderosas do país, tornou personagens recorrentes no noticiário como os pastores Silas Malafaia, André Valadão, Marco Feliciano, Everaldo Dias Pereira, a pastora Damares Alves, os bispos Edir Macedo e Marcelo Crivella.

Ao noticiar a influência religiosa evangélica no campo político brasileiro, mesmo que muitas vezes de forma crítica, os meios de comunicação contribuíram para que a representação do setor dominante do campo evangélico se tornasse a única imagem dos evangélicos no país, ou seja, um dos efeitos notáveis do fenômeno foi a construção de uma representação social dos evangélicos como um grupo homogêneo e coeso, no qual as personagens que protagonizavam os conflitos políticos no congresso e no campo cultural sintetizavam quem eram os evangélicos brasileiros. Entretanto, a partir do fortalecimento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados, do reconhecimento da relevância dos fiéis evangélicos como cidadãos que possuem capacidade de influenciar os resultados de eleições e das guerras culturais nas quais os evangélicos se envolveram, veículos de mídia passaram a reportar a existência de dissidências evangélicas, como as igrejas inclusivas noticiadas no especial Fé e Afeto (Bertolotto, 2016) produzido pelo portal de notícias UOL, como na reportagem da Folha de São Paulo de 20 de março de 2020 (Balloussier, 2020, p.8) a qual versava sobre as dificuldades enfrentadas por evangélicas feministas nos espaços religiosos e também nos movimentos de luta política, assim como, de maneira bastante enfática, a reportagem de Mariana Serafim na Carta Capital (2022)n a qual os evangélicos autodeclarados progressistas buscaram afirmar suas divergências e diferenças com os setores hegemônicos do campo evangélicos.

Assim, a partir de 2016 os veículos de comunicação passaram a noticiar as divergências entre os evangélicos a respeito das pautas políticas sobre costumes e direitos civis. Logo, esse pequeno vestígio confronta a imagem de coesão e homogeneidade que ela ajudou a construir no imaginário brasileiro. Contudo, é importante ressaltar que essa imagem não foi efeito apenas da atuação dos meios de comunicação, mas do resultado do jogo de forças do campo evangélico, no qual o setor dominante acabou se impondo como única imagem possível.

Nesse contexto, setores autodenominados de evangélicos progressistas passaram a ocupar mais espaços nos debates incidindo sobre temas como a luta antirracista, agenda fundamental do Movimento Negro Evangélico, da defesa da democracia, enunciada pela Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, igrejas inclusivas de diversos matizes, assim como os coletivos feministas. Conforme Alencar, os grupos progressistas buscam promover transformações sociais "a partir de princípios religiosos que dialogam com concepções de política e sociedade atrelada a noção de justiça social, defesa de direitos e busca por igualdade" (Alencar, 2023, p.17), e que, nesse sentido, "algumas vertentes procuravam se engajar na cultura com vistas a transformá-la através de princípios religiosos e políticos específicos" (idem, ibidem).

O crescimento acentuado da população evangélica no Brasil continha em seu fluxo posições dissonantes a respeito das normas sexuais, das definições de gênero, das maneiras como a fé era instrumentalizada pelos setores dominantes do campo para construir um projeto político no país. Assim, buscou-se identificar os setores em disputa no campo religioso como forma de compreender a sua diversificação e desnaturalizar os efeitos da visibilidade dos dominantes do campo, os discursos que construíram determinada imagem dos evangélicos como um segmento religioso homogêneo. Nesse exercício, pesquisadores como Alencar tem se dedicado a identificar as diversidades evangélicas em torno da relação com a cultura secular e da sua interação com as práticas e discursos que envolvem a sociedade brasileira na contemporaneidade. Na sua acepção, os evangélicos progressistas ressignificam noções religiosas como forma de construir pontes com as lutas políticas por direitos civis de grupos minoritários e em defesa da democracia liberal instituída no processo de redemocratização da década de 1980. Contudo, a conjuntura histórica brasileira que possui como um dos seus elementos fundamentais a mudança do perfil religioso da população ganhou novos contornos com o advento da Primavera Feminista da década de 2010 a qual

acirrou as disputas com os setores conservadores e dominantes do campo evangélico, mas também criou as condições para o surgimento de novos coletivos de militância de mulheres evangélicas.

Primavera das Mulheres

Por ser um evento da história recente, as interpretações historiográficas a respeito da Primavera das Mulheres ainda estão em processo de desenvolvimento e, pesquisadoras dedicadas aos estudos feministas, da história das mulheres e das relações de gênero tem se ocupado em oferecer as primeiras delimitações desse evento histórico. Conforme Joana Pedro, Cristina Wolff e Janine da Silva, a Primavera das Mulheres foi um "conjunto de manifestações que teve grande visibilidade midiática, especialmente porque esses movimentos tiveram um grande impacto nas redes sociais" (2022, p. 10).

As manifestações teriam se desenvolvido como uma resposta à onda conservadora que se expandiu globalmente e alcançou o Brasil na década de 2010. A onda conservadora, chave fundamental para compreender a demarcação das historiadoras, tinha como personagens principais os políticos vinculados às igrejas evangélicas, aos movimentos carismáticos católicos e à maçonaria (idem). A esse respeito, Pedro, Wolff e Silva apontaram atuação do deputado Eduardo Cunha, vinculado à bancada evangélica, dedicada em dificultar a aprovação da lei do feminicídio, bem como em buscar reformular a legislação sobre o aborto.

Assim, a reação das mulheres foi organizada através das interações nas redes sociais digitais, "convocadas através de grupos de Facebook, Whatsapp e outros, as manifestações e campanhas ganharam as mentes e as ruas no ano de 2015, e tiveram continuidades" (Pedro; Wolff; Silva, 2022, p. 10). Apesar de focalizarem nos efeitos reativos das atuações das mulheres no contexto da crise política brasileira, elas indicaram que esse movimento de eferverscência teria iniciado em 2011 "com as Marchas das Vadias […], protagonizadas especialmente por mulheres muito jovens, mas muitos outros protestos e marchas somaram-se a essa 'explosão feminista'" (Pedro; Wolff; Silva, 2022, p. 7). Nesse sentido, os protestos contra Eduardo Cunha foi apenas uma das movimentações que compunha o evento da Primavera Feminista. De acordo com as autoras, a Marcha das Margaridas, a Marcha das

Mulheres Negras e as ocupações de escolas e universidades em 2015 e 2016 também foram episódios que integraram o evento histórico denominado de Primavera das Mulheres.

Com efeito, a forma de organização e convocação das manifestações estabeleceu-se como um marco significativo para a compreensão dos feminismos brasileiros na contemporaneidade, por expressar as continuidades e as transformações das lutas feministas no país, com forte presença de jovens ativistas, protagonismo de mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+. A esse respeito, Perez e Ricoldi (2019) salientaram que essa efervescência feminista possuía características bastante identificáveis como o uso massivo de "redes sociais e da tecnologia, e, portanto, um ativismo amplamente digital (como o "feminismo de hashtag"); aprofundamento de discussões sobre identidade e corpo, como a nova visibilidade da questão trans e da gordofobia" (Perez; Ricoldi, 2019, p. 5).

Representativa da instrumentalização estratégica das ferramentas digitais para atuação feminista nas redes, a campanha #MeuPrimeiroAssédio, lançada em 2015 pela organização feminista Think Olga, constituiu-se como uma das mobilizações digitais mais expressivas no Brasil no tocante à denúncia do assédio sexual. A iniciativa ganhou força após a exposição sexualizada de uma participante de 12 anos no programa *MasterChef Júnior*, provocando a reação de milhares de mulheres que passaram a relatar nas redes sociais suas primeiras experiências de assédio, muitas das quais ocorridas ainda na infância. A hashtag rapidamente viralizou, revelando a extensão e a precocidade desse tipo de violência de gênero, e evidenciando como o ambiente digital pode operar como espaço de denúncia, escuta e construção de redes de solidariedade (Baumgarter, 2020).

A campanha exemplificou a potência política das práticas feministas contemporâneas, que articulam vivências pessoais e mobilização coletiva em formatos descentralizados e de forte impacto público, mas também demonstra características históricas das formas de agregação social com fins políticos na contemporaneidade. Conforme Alvarez:

> Se a internet já era importante no campo feminista latinoamericano desde meados dos anos 1990, as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos e na articulação desses campos incipientes e mais precarizados. A própria predominância da modalidade "Marcha", como evidenciada nas acepções da Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres Negras, a Marcha das Margaridas, e muitas outras não mencionadas aqui, como a Marcha do Orgulho LGBT, reflete precisamente o predomínio desses meios massivos de comunicação e interação […] evidente também nos processos de protesto globais como Occupy e os Indignados, que

> envolve a aglomeração de massas de indivíduos de diversas origens em espaços físicos e manifestações eventuais (Alvarez, 2014, p.45).

Os debates promovidos pelos transfeminismos e feminismos negros representaram novas demarcações do campo discursivo de ação feminista ao questionar a categoria mulher e ao problematizar as diversidades e desigualdades entre as mulheres em uma sociedade racializada e historicamente constituída pela exploração e violência contra as populações negras, tensionando e redefinindo o léxico das lutas feministas.

O descentramento do feminismo foi a marca do contexto de lutas feministas das décadas de 1960 e 1970, onde ocorreu o reconhecimento da diversidade das pautas e o feminismo passou a ser compreendido como plural. Todavia, essa pluralidade se tornaria característica dominante somente a partir dos anos 1990 a partir da atuação de mulheres negras (Alvarez, 2014). Esse novo momento se destaca pela não atomização dos debates, pela fluidez das definições e da interseccionalidade ao incorporar a luta antirracista e trans, mas não sem problemas, divergências e conflitos.

Nesse sentido, as interpretações de Alvarez, Pedro, CWolff e Silva, demonstram que o descentramento e pluralização não é uma singularidade dos feminismos do século XXI, mas que a relevância alcançada pelo uso das redes sociais, de publicações em blogs e fóruns de discussão, bem como o protagonismo assumido por jovens, negras e mulheres trans é um aspecto identificado como fundamental para compreender as dinâmicas dos feminismos no contexto da Primavera das Mulheres.

Portanto, a Primavera das Mulheres representa um evento emblemático da reconfiguração do feminismo brasileiro, tanto em suas formas de organização quanto em suas pautas e estratégias discursivas. Ao conjugar ativismo digital, ocupação das ruas e práticas interseccionais, o movimento reafirmou a potência política dos feminismos contemporâneos e consolidou a quarta onda feminista (Perez; Ricoldi, 2019) como força relevante na cena pública nacional.

Discursos e práticas feministas evangélicas

A constituição dos grupos Evangélicas pela Igualdade de Gênero e do Projeto Redomas no contexto da Primavera das Mulheres evidencia a consolidação da perspectiva interseccional como elemento balizador do campo discursivo de ação feminista no Brasil. Ambos os coletivos se apresentavam em suas redes sociais, sites e participações em podcasts

como grupos plurais, preocupados em atuar contra a violência de gênero, desigualdades de gênero e machismo de um modo que reconhecia a diversidade do modo como essas experiências de dominação se realizavam de modo imbricado com raça e orientação sexual.

Atendo-se a essa questão, Valéria Vilhena, liderança do EIG, caracterizou o coletivo como um movimento plural, composto por 105 mulheres, localizadas em 12 estados. Segundo Vilhena, sua composição era bastante diversificada, pois havia mulheres acadêmicas, pastoras, leigas, pouco escolarizadas, mães de LGBT's, mulheres pretas e afro-indígenas (Vilhena, 2022) e Simony dos Anjos, então integrante do coletivo, destacou que o EIG nasceu como uma insurgência ao adotar as pautas feministas:

> Gosto de pontuar que num país que foi uma colônia-escravocrata-cristã, ser cristão não é escolha. É construção social, no caso, uma construção que colocou a igreja no centro do que é ser um cidadão brasileiro digno, respeitável. E nesse ponto nos perguntamos: como conversar com essas mulheres? Como enfrentar números tão altos de violência doméstica perpetuados pelo patriarcado cristão? A resposta ainda não temos, mas há gente que está fazendo essa ponte, construindo esse diálogo, felizmente. As Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), coletivo do qual eu faço parte, nasceu a partir do incômodo de mulheres evangélicas que se tornaram feministas e se insurgiram contra a religião opressora. Contudo, para nós, sair da igreja é dar as costas para nossas irmãs. Sair de lá, é fechar uma das poucas possibilidades de diálogo com tantas mulheres que vêm na igreja a única possibilidade de humanização ao seu alcance. Nós da EIG falamos com essas mulheres em Igreja, casas de apoio à mulher que sofre violência, em Unidade Básica de Saúde, associação de bairro, abrindo a possibilidade do enfrentamento à violência. Desse modo, nós assumimos um lugar privilegiado de conversa, acolhimento e, muitas vezes, socorro para tantas mulheres que são vítimas em suas religiões e casamentos. Nós defendemos os direitos da mulher ao corpo, autonomia procriativa, o Estado Laico, e todas as pautas do movimento feminista. Nós acreditamos que não podemos caminhar e deixar tantas mulheres que não conhecem o feminismo para trás, nós somos mensageiras do feminismo e acreditamos que ele não é contrário à nossa fé. A nossa fé é pela vida digna, pela alegria e pela vida das mulheres. (Anjos, 2019)

A associação entre a história escravocrata do país, a dominância do cristianismo no campo religioso e a afirmação de pautas feministas demonstra como o campo discursivo de ação feminista característico do período da Primavera Feminista demarcava a forma como o grupo se definia. Afirmar a pluralidade, nas palavras de Vilhena, bem como indicar uma perspectiva interseccional que percebe a herança escravocrata e sua relação com o patriarcado cristão, nas palavras de Anjos, evidencia não somente a agenda de luta contra a violência de gênero nos espaços religiosos e nos espaços domésticos, mas sinaliza como o

grupo compreendia essa violência a partir das sobreposições e entrelaçamentos entre gênero, raça e orientação sexual nas vivências das mulheres.

Diante disso, o grupo se organizava a partir de "um tripé de atuação" composto por práticas de educação continuada, com serviços de formações para as mulheres, espiritualidade, com a realização de cultos, e o terceiro elemento, a atuação política, marcada pelo diálogo com setores da esquerda, dos movimentos sociais e religiosos progressistas (Vilhena, 2022). Segundo Vilhena, o eixo norteador que fundamentava a formação das comissões de trabalho era o enfrentamento às violências contra as mulheres.

Assim, em 2020, a partir da parceria estabelecida com a KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço[1], a EIG organizou o curso de formação de escuta ativa e empática durante a campanha "21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher" e publicou a cartilha "Mulher, vai tudo bem contigo?" (Lisboa; Mello, 2020). Segundo o material da campanha, o conteúdo foi sistematizado com a finalidade de servir como ferramenta para mulheres e demais pessoas interessadas em atuar como multiplicadoras de práticas de acolhimento diante de situações de violência contra mulheres.

A organização do EIG em comissões para a realização dos trabalhos e a parceria estabelecida com ONG's e associações civis para a realização dos cursos, evidencia uma outra característica da atuação das feministas evangélicas da EIG: a busca por atuação institucionalizada. Nesse âmbito, o coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero, como entidade não governamental, passou a compor o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Conforme Vilhena (2022), o papel assumido era de acompanhar, fiscalizar e monitorar as políticas adotadas pelo Ministério da mulher, família e direitos humanos.

O modelo de atuação institucionalizada EIG não foi a única forma de organização dos coletivos feministas evangélicos no período. A diferença mais evidente se dava em comparação com a forma como as mulheres que constituíram o Projeto Redomas construíram sua militância nas mídias sociais e a partir das redes sociais digitais.

[1] É uma associação civil ecumênica que desenvolve programas de direitos humanos, memória histórica, enfrentamento à intolerância religiosa e iniciativas de mobilização social junto a movimentos sociais e fóruns inter-religiosos.

O grupo se constituiu inicialmente como canal de denúncias no *Facebook,* compartilhando de forma anônima vivências de machismo e violências de gênero em ambientes cristãos. As táticas adotadas de compartilhar os relatos nas redes e aderir as campanhas de hashtags feministas como #meuprimeiroassédio em 2015 e #Elenão em 2018, evidenciam a integração das ações das evangélicas do Redomas aos modelos de ativismo dos feminismos da Primavera das Mulheres. Além disso, a incorporação de termos como *gaslighting* (Projeto Redomas, [s.d.], FAQ) para caracterizar as experiências de violência psicológica, bem como a perspectiva interseccional como instrumento de avaliação das experiências de violência a qual as mulheres são mulheres, é reveladora da integração entre os discursos e práticas das feministas evangélicas do Projeto Redomas e as características dos feminismos contemporâneos.

Entre 2015 e 2017, foram publicados 84 textos no blog do Projeto Redomas. Textos produzidos por diferentes pessoas e com temáticas que variaram entre considerações sobre a experiência de mulheres nos espaços religiosos, questionamentos do padrão de beleza e interpretações de passagens bíblicas que buscavam oferecer compreensões destoantes do que foi imposto como tradicional a respeito das mulheres no discurso evangélico. Ademais, o grupo criou o Redomascast, programa de áudio digital, disponibilizado na internet e que poderia ser consumido por demanda.

Estruturado em episódios, as componentes do coletivo produziram 106 edições do Redomascast nos quais discutia-se temáticas como silenciamento das mulheres na igreja, diversidade sexual e as experiências das dissidências sexuais nos ambientes evangélicos, racismo e feminismos. O grupo também realizou entrevistas com teólogas de relevância e visibilidade entre os setores progressistas evangélicos, a exemplo de Nancy Cardoso. No entanto, o grupo notabilizou-se por visibilizar mulheres que não necessariamente estavam circunscritas aos cargos institucionais das igrejas, dos movimentos sociais ou que possuíam algum capital acadêmico. No aniversário de 2 anos do grupo, uma das integrantes, Bianca Ratti publicou texto relatando essas experiências e as transformações do coletivo:

> Hoje temos orgulho de dizer que, nesses dois anos, o projeto dançou ao som de dezenas de textos produzidos por mulheres que escreveram sobre sua existência como mulher e seu exercício de fé, sua relação com o divino. temos um compilado de estudos bíblicos sobre aquelas que nunca são acessadas nos púlpitos (e até em nossas próprias bíblias), produzimos um podcast que é um espaço seguro para discutir, debater e compartilhar

> conhecimento a partir de um ponto de vista feminino e que promova igualdade, temos semanas temáticas que incomodam porque tocam em feridas que antes eram escondidas. Paulatinamente, o projeto redomas foi enegrecendo e inserindo nas discussões aquelas que são consideradas menos mulheres que as outras – as negras – e assumiu o compromisso de expandir as discussões para lutar contra o racismo. (Ratti, 2017, s/p)

A incorporação da luta antirracista a partir de um viés interseccional é identificável não apenas na narrativa da componente. O aumento do número de textos sobre mulheres negras e racismo aumentou sensivelmente com o passar dos anos. Em 2015, foram publicados dois textos: "Eu me descobri mulher negra" (Luiza, 2015) e "Fala sobre o teu cabelo, nêga!", (Santos, 2015)." Em 2016 foram 6 textos, Flauta pra Sabá (Lima, 2016), "Quando eu descobri que era negra" (Monteiro, 2016), "Sulamita: O Resgate da autoestima da Mulher Negra" (Caetano, 2016), 19 - "O Lamento de uma mulher negra reformada" (Newbell, 2016), "Por que você não deve dizer 'Yo' perto de mim" (Newbell, 2016) e "Preta flora na negra mesa do Senhor" (Santos, 2016). Em 2016 também houve a publicação do livreto "Semana da Negritude: textos / estudos bíblicos" (Projeto Redomas, 2016).

No ano seguinte, ano do segundo aniversário do coletivo dois textos com a temática racial foram publicados, ambos em abril de 2017, período a qual Bianca Ratti se referia no seu texto. O número de textos diminuiu no blog, mas as publicações deixaram de estar restritas ao Novembro Negro[2]. Além disso, as postagens do grupo passaram a ser feitas com mais regularidade no site e não mais apenas no blog. Foi no site que o coletivo passou a publicar seus textos, cartilhas, produções audiovisuais, notas de repúdio e informar sobre a participação em campanhas promovidas por movimentos sociais e políticos.

Nesse sentido, é importante salientar como a atuação digital possui um papel fundamental para os dois coletivos, ainda que de formas distintas, refletindo suas estratégias e visões políticas. Para o Evangélicas pela Igualdade de Gênero, a internet tem importância estratégica, mas em chave diferente. O coletivo utiliza suas plataformas digitais como instrumentos de divulgação de materiais pedagógicos, formação política e teológica, articulação institucional e incidência pública. A internet potencializa a capacidade de disseminação dos seus conteúdos, ampliando seu alcance para além dos círculos eclesiásticos

[2] O Novembro Negro é um conjunto de ações, eventos e mobilizações que ocorrem ao longo do mês de novembro no Brasil, com o objetivo de valorizar a cultura afro-brasileira, denunciar o racismo e reforçar a luta por igualdade racial.

tradicionais. Embora o EIG atue fortemente também em espaços presenciais, o ambiente digital permite uma articulação nacional entre mulheres evangélicas de diferentes contextos e denominações, o que fortalece a rede de apoio e atuação conjunta.

A internet para o Redomas não era apenas um meio, mas o próprio território onde se constrói e se vive o ativismo. A presença digital era estruturante para o coletivo, que nasceu e se consolidou nas redes sociais. Através de plataformas como Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e podcasts, o Redomas promoveu debates, compartilhou testemunhos e produziu conteúdo teológico acessível, em linguagem de fácil acesso e muitas vezes de forma autobiográfica. Essa atuação digital sinalizava como as feministas cristãs buscavam criar um espaço de escuta e pertencimento para pessoas que frequentemente vivem experiências de exclusão ou violência dentro das igrejas. O Redomas utilizava a internet como meio de subversão simbólica, reconfigurando os discursos religiosos dominantes e defendendo novas possibilidades de vivência da fé.

Com efeito, tanto as integrantes do Redomas quanto as componentes do EIG tiverem que se posicionar a respeito da relação entre o evangelho e o feminismo. Como afirmado por Vilhena na sua entrevista para a Folha de São Paulo (Balloussier, 2020) havia uma noção de inviabilidade entre as pautas feministas e a fé cristã. Para ela, no entanto, há uma indissociabilidade entre ser cristã e feminista. Afirmava ser feminista precisamente porque era cristã, acreditando que os valores cristãos não estavam em dissonância com os valores de justiça social e direitos humanos. Sobre essa questão, o Projeto Redomas produziu inúmeros documentos em texto e áudio nos quais há críticas há ideia de incompatibilidade entre feminismo e cristianismo. Além de criticar os evangélicos que repudiam as feministas, os conteúdos questionavam também a circunscrição do feminismo ao âmbito secular, apontando, nesse sentido, a maioria de mulheres evangélicas identificadas no Censo de 2010 e a contradição entre o discurso de liberdade e a rejeição da fé como item que compõe a diversidade das mulheres:

> Não vou me adentrar num debate teórico sobre se é possível conciliar a fé e o feminismo porque não acredito que há “a fé” e “o feminismo” como entidades separadas das vivências das pessoas. E se há mulheres cristãs que se consideram feministas, não há debate teórico que as impeça de existir e de se expressar como tal. Esse não é meu foco. Meu foco é outro. E aqui eu me lembro da primeira história que citei. Afinal, o que o feminismo quer? Ora, cada um do seu jeito, a libertação da mulher. E qual mulher eles querem

> libertar? Todas, porque todas sofrem alguma opressão, não é? Então, vamos analisar quem são as mulheres brasileiras. (Maciel, 2016, s.p)

Deste modo, tanto o Projeto Redomas quanto o EIG podem ser compreendidos como expressões do feminismo que emergiu no contexto da Primavera das Mulheres. Elas reproduzem os aspectos balizadores e, por isso, devem ser compreendidas como parte integrante desse evento histórico. Ambos os coletivos situam a interseccionalidade como eixo fundamental em suas reflexões e práticas, reconhecendo a pluralidade de experiências que atravessa as mulheres evangélicas e a necessidade de articular raça, classe, gênero e religiosidade. Além disso, ambos enfrentaram diretamente o discurso que insiste na incompatibilidade entre feminismo e cristianismo, propondo releituras críticas da própria fé e construindo interpretações que buscavam sustentar a luta por equidade, justiça e autonomia das mulheres dentro e fora das comunidades cristãs.

Conclusão

Esse texto seguiu uma direção diferente da defesa realizada por Gustavo de Alencar ao pesquisar os setores progressistas evangélicos. Se para Alencar, os grupos progressistas "promovem mudanças a partir de princípios religiosos que dialogam com concepções de política e sociedade atrelada a noção de justiça social, defesa de direitos e busca por igualdade" (Alencar, 2023, p.17), e que, nesse sentido, "algumas vertentes procuravam se engajar na cultura com vistas a transformá-la através de princípios religiosos e políticos específicos" (idem, ibidem), identifiquei na atuação das feministas evangélicas da EIG e do Projeto Redomas o vetor inverso. Elas se apropriaram das ferramentas e princípios do campo discursivo de ação feminista do contexto da Primavera das Mulheres para reavaliar e produzir interpretações sobre a vivência nos ambientes religiosos evangélicos. O léxico da atuação política delas advêm da incorporação da matriz crítica dos feminismos. Essa apropriação ensejou a produção de conteúdos de caráter religioso e a organização de campanhas de denúncia e conscientização a respeito das desigualdades e violência de gênero nos ambientes religiosos evangélicos.

Esses dois coletivos, embora distintos em suas formas de atuação, compartilham a radicalidade de se afirmar como feministas evangélicas em um cenário em que tais identidades são comumente percebidas como inconciliáveis. Ao tensionarem os limites entre fé e política, entre Bíblia e gênero, constroem um campo teológico insurgente que desafia

tanto o secularismo feminista quanto as ortodoxias religiosas. Não se tratava apenas de ocupar espaços, mas de refundá-los — espiritual, política e simbolicamente — a partir da experiência das mulheres evangélicas.

Portanto, os coletivos Evangélicas pela Igualdade de Gênero e Projeto Redomas são expressões da experiência histórica do feminismo brasileiro contemporâneo ao disputar o sagrado a partir da atuação política em prol das mulheres. Seus caminhos, ora convergentes, ora divergentes, apontam para a pluralidade das experiências feministas no campo evangélico e para a vitalidade de novas epistemologias que brotam no cruzamento entre fé, gênero e ativismo social, assim como desafiam as representações que definiam os evangélicos como grupo coeso, homogêneo e, fundamentalmente, conservador.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Gustavo de. *Protestantismo e ativismo político*: evangélicos progressistas no Brasil. São Paulo: Dialética, 2023.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, 2017.

ALMEIDA, Ronaldo de. Evangélicos à direita. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, set./dez. 2020

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13–56, jul. 2014.

ALVIM, Mariana Freitas. *Os evangélicos segundo a imprensa*: discursos e enquadramentos na produção da Folha de S. Paulo e O Globo de 1985 a 2020. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

ANJOS, Simony dos. *O feminismo e as mulheres evangélicas*: um diálogo que urge. Catarinas, 2019. Disponível em: https://catarinas.info/o-feminismo-e-as-mulheres-evangelicas-um-dialogo-que-urge/. Acesso em: 10.out. 2020.

BAUMGARTEN, Nicole Cristine. #meuprimeiroassédio: considerações sobre violência, gênero, feminismos e mídias. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 26, 2020.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Feministas evangélicas lutam contra rótulos nas igrejas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 mar. 2020. Primeiro Caderno, p. 8-9.

BERTOLOTTO, Rodrigo. Fé e afeto. *UOL*, São Paulo, 2016. Disponível em: https://tab.uol.com.br/gays-e-religiao/ . Acesso em: 30 abr. 2025.

CAETANO, Helen. Sulamita: o resgate da auto-estima da mulher negra. Projeto Redomas, 18 nov. 2016. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/2016/11/18/sulamita-o-resgate-da-auto-estima-da-mulher-negra/. Acesso em: 7 mar. 2025.

CUNHA, Magali. As marcas das mídias sociais no voto das mulheres evangélicas. *Debates do NER*, [S. l.], p. 95–106, 2023.

IBGE. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espiritas-e-sem-religiao>. Acesso em: 18. out. 2017.

FELGUEIRAS, Ana Claudia. "Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo". *Revista Digital Simonsen*, n. 6, p. 108-121, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GONÇALVES, Rafael Bruno. *O discurso religioso na política e a política no discurso religioso*: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, Zainne. Flauta pra Sabá. Projeto Redomas, 16 nov. 2016. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/2016/11/16/flauta-pra-saba/. Acesso em: 07 mar. 2025.

LISBOA, Ester; MELLO, Vanessa Carvalho de. *Cartilha de formação em escuta ativa e empática*: mulher, vai tudo bem contigo? São Paulo: Koinonia Presença Ecumênica de Serviço; Evangélicas Pela Igualdade de Gênero, 2020.

LUIZA, Rouseanny. Eu me descobri mulher negra. Projeto Redomas, 15 out. 2015. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/2015/10/15/eu-me-descobri-mulher-negra/. Acesso em: 7 mar. 2025.

MACIEL, Rebecca. Existe feminismo sem as cristãs? Projeto Redomas, 5 abr. 2016. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/2016/04/05/existe-feminismo-sem-as-cristas/. Acesso em: 7 mar. 2025.

MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo de 2010. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013. p. 119.

MARTINS, Milena Geisa dos Santos. *(Fé)minismo*: Análises sociológicas sobre feministas evangélicas. 2019. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

MELO, Flávia Valéria Cassimiro Braga. *Ruah está soprando as flores*: mulheres e suas militâncias no fazer teológico feminista no Brasil. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

MENEZES JÚNIOR, Eumar. *Religião e política*: a frente parlamentar evangélica no legislativo brasileiro e as eleições de 2018. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

MONTEIRO, Emily. Quando eu descobri que era negra. Projeto Redomas, 17 nov. 2016. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/2016/11/17/quando-eu-descobri-que-era-negra/. Acesso em: 7 mar. 2025.

NEWBELL, Trilla. O lamento de uma mulher negra reformada. Projeto Redomas, 19 nov. 2016. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/2016/11/19/o-lamento-de-uma-mulher-negra-reformada/. Acesso em: 7 mar. 2025.

NEWBELL, Trilla. Por que você não deve dizer 'Yo' perto de mim. Projeto Redomas, 19 nov. 2016. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/2016/11/19/por-que-voce-nao-deve-dizer-yo-perto-de-mim/. Acesso em: 7 mar. 2025.

NOVAES, Regina. Sobre jovens mulheres evangélicas: retratos em movimento. *Debates do NER*, p. 107–128, 2023.

PASAMAR, Gonzalo. Formas tradicionales y formas modernas de la "historia del presente". *Historia Social*, n. 62, p. 147-169, 2008.

PEW RESEARCH CENTER. Religião na América Latina - Mudanças Generalizadas em uma Região Historicamente Católica. 2014.

PEDRO, Joana.; WOLFF, Cristina.; SILVA, Janine. Desafios dos feminismos na História do Brasil Contemporâneo. *História (São Paulo)*, v. 41, 2022.

PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M.. A quarta onda feminista no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 3, 2023.

PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M.. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In: ALACIP – Associação Latino-Americana de Ciência Política. *Anais do 10º Congresso Latino-americano de Ciência Política*, Monterrey: ALACIP, 2019.

PIERUCCI, Antônio Flávio. "Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estud. av*. São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004.

PIRES, Joyce Aparecida. "*Nunca é feminista o suficiente*": mulheres e feminismos na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023.

PROJETO REDOMAS. FAQ. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/faq/. Acesso em: 2 abr. 2025.

PROJETO REDOMAS. Semana da Negritude: textos / estudos bíblicos. [S.l.], 2016. Documento digital (cópia pessoal).

RATTI, Bianca. 2 anos de Projeto Redomas. Projeto Redomas, 30 set. 2017. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/2017/09/30/2-anos-de-projeto-redomas/. Acesso em: 07 mar. 2025.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTOS, Paloma. Fala sobre o teu cabelo, nêga. Projeto Redomas, 9 nov. 2015. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/2015/11/09/fala-sobre-o-teu-cabelo-nega/. Acesso em: 7. mar. 2025.

SANTOS, Paloma. Preta flora na negra mesa do Senhor. Projeto Redomas, 20 nov. 2016. Disponível em: https://projetoredomas.wordpress.com/2016/11/20/preta-flora-na-negra-mesa-do-senhor/. Acesso em: 07 Mar. 2025.

SERAFIM, Mariana. Não somos iguais. Preconceito nas eleições: os evangélicos progressistas lutam para provar que nem todos os fiéis são reacionários. *Carta Capital*, São Paulo, ano XXVIII, n. 1224, p. 31–33, 2022.

SOARES, Bruna. Feminismos e práticas de consumo de mulheres evangélicas. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

SOLEDADE, Alisson Cruz Soledade. *Uma igreja inclusiva na Bahia*: a Comunidade Cristã Inclusiva do Salvador e a sua posição no campo religioso evangélico (2015-2018). Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

TEIXEIRA, J. M; REIS, L. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. *Debates do NER*, p. 11–64, 2023.

VILHENA, Valéria. EIG – Evangélicas pela Igualdade de Gênero. #SIMPODCRER 36 [vídeo]. Canal Simpodcrer, 29 ago. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OdiWB0QexjM&t=3955s. Acesso em: 20 jun. 2025.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo. *Religião e política*: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.